



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
ÓRGÃOS DELIBERATIVOS CENTRAIS

Campus Universitário Reitor João David Ferreira Lima - Trindade
CEP: 88040-900 - Florianópolis - SC
Telefone: (48) 3721-9522 - 3721-9661 - 3721-4916
E-mail: conselhos@contato.ufsc.br

ATA Nº 15 DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO

Ata da sessão extraordinária do Conselho
Universitário realizada no dia 4 de agosto
de 2015, às 14 horas, na sala Prof. Ayrton
Roberto de Oliveira.

1 Aos quatro dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze, às quatorze horas, na sala Prof.
2 Ayrton Roberto de Oliveira, reuniu-se o Conselho Universitário da Universidade Federal de
3 Santa Catarina (UFSC), convocado por meio do Ofício Circular nº 16/2015/CUn, com a
4 presença dos conselheiros Rogério Luiz de Souza, Joana Maria Pedro, Jamil Assrey Filho,
5 Edison da Rosa, José Carlos Fiad Padilha, César Damian, Tadeu Lemos, Carlos Roberto
6 Zanetti, Juares da Silva Thiesen, Gabriel Sanches Teixeira, Isabela de Carlos Back Giuliano,
7 Celso Spada, Carlos Eduardo Andrade Pinheiro, Lício Hernanes Bezerra, Wilson Erbs, Luis
8 Carlos Cancellier de Olivo, Ubaldo César Balthazar, Felício Wessling Margotti, Carlos
9 Augusto Locatelli, Luciano Lazzaris Fernandes, Michel Angillo Saad, Paulo Pinheiro
10 Machado, Alícia Norma González de Castells, Elisete Dahmer Pfitscher, Edson Roberto de
11 Pieri, Gregório Jean Varvakis Rados, Fabrício de Souza Neves, Maria Chalfin Coutinho,
12 Lenilza Mattos Lima, Alacoque Lorenzini Erdmann, William Gerson Matias, Pedro Antônio
13 de Melo, Yan Souza Carreirão, George Luiz França, Tatiane Macabô Cupello, Elaine Jussara
14 Tomazzoni Tavares, Ricardo José Valdameri, Marcus Vinícius dos Santos, Otávio Sendtko
15 Ferreira, Gustavo Stollmeier Matiola, Paula Vieira Parreiras Gomes, Delza da Hora Souza,
16 Cinthia de Souza e Ana Aparecida Zandorá, sob a presidência da professora Roselane Neckel,
17 reitora da UFSC. Havendo número legal, a presidenta cumprimentou os conselheiros
18 presentes e deu por aberta a sessão. Na sequência, procedeu ao ato de posse dos acadêmicos
19 Marcus Vinícius dos Santos, titular; Gustavo Stollmeier Matiola e Eduardo Bonifácio de
20 Sena, titular e suplente; Paula Vieira Parreiras Gomes e Delza da Hora Souza, titular e
21 suplente; Cinthia de Souza e Ana Aparecida Zandorá, titular e suplente; Otávio Sendtko
22 Ferreira e Plínio da Silva Oliveira Filho, titular e suplente, para representarem o corpo
23 discente no Conselho Universitário, com mandato a expirar-se em 3 de julho de 2016. Ato
24 contínuo, justificou a ausência dos conselheiros Áureo Mafra de Moraes, William Barbosa
25 Vianna, Flávio da Cruz, Hélio Rodak de Quadros Junior, Sônia Gonçalves e Andréia Barbieri
26 Zanluchi. Antes do início da sessão, foi aprovada a participação de membros do comando
27 unificado de greve dos professores, servidores técnico-administrativos em Educação e
28 discentes, os quais haviam solicitado autorização para a prestação de informes sobre a citada
29 greve. Após a manifestação dos membros do comando, a presidenta retomou a palavra e
30 informou que ao final da reunião, no item relativo aos informes gerais, seria realizada uma
31 apresentação por parte das pró-reitorias de Graduação e de Pós-Graduação a respeito dos temas
32 que haviam sido levantados durante a manifestação do comando unificado de greve, bem
33 como a respeito do orçamento. Em seguida, a conselheira Paula Vieira Parreiras Gomes
34 solicitou a palavra e disse que se havia acordado, quando da realização da audiência pública, a
35 inclusão de um ponto na pauta do Conselho Universitário voltado à discussão do orçamento
36 da Universidade, do qual poderiam ser retirados encaminhamentos, bem como à análise das
37 condições materiais que a instituição teria para o início do semestre. A presidenta informou

38 que o referido ponto não havia sido incluído, haja vista que o Ministério da Educação (MEC)
39 ainda não havia finalizado o orçamento para as universidades em relação àquele semestre e
40 que, por isso, a Administração Central não continha informações diferentes das que haviam
41 sido apresentadas na audiência pública. Acrescentou que os documentos pertinentes ao
42 assunto estavam publicados no Blog da Gestão e que, se a conselheira quisesse, poderia
43 propor a inclusão do ponto para uma sessão futura do Conselho. Em seguida, a presidenta
44 submeteu à apreciação a ordem do dia, a qual foi aprovada por unanimidade. Após, passou-se
45 à ordem do dia. **1. Apreciação das atas da sessão ordinária realizada em 26 e 29 de maio**
46 **de 2015.** Os documentos foram aprovados por unanimidade. **2. Processo nº**
47 **23080.019991/2014-61 – Apreciação da resolução normativa que regulamentará as**
48 **associações atléticas da Universidade Federal de Santa Catarina,** sob a relatoria do
49 conselheiro William Barbosa Vianna e vista do conselheiro Hélio Rodak de Quadros Junior.
50 Com a palavra, a presidenta informou que o relator encontrava-se de férias mas que havia
51 disponibilizado seu parecer com antecedência. Disse também que o relator de vista havia
52 encaminhado *e-mail* comunicando que não havia oferecido dentro do prazo regimental
53 parecer de vista e nem objeção formal à matéria, recomendando a quem tivesse interesse no
54 aprofundamento do assunto acessar o vídeo da audiência pública realizada no dia 28 de abril,
55 no auditório do Centro de Ciências Jurídicas. Na sequência, questionou à plenária se havia
56 necessidade de leitura da minuta de resolução normativa. Diante da resposta negativa da
57 plenária, a presidenta passou à fase de discussão. Não havendo manifestações, em votação, o
58 Conselho Universitário aprovou por ampla maioria o Parecer nº 21/2015/CUn, do relator
59 William Barbosa Vianna, pela regulamentação das associações atléticas da UFSC. **3.**
60 **Solicitação de moção de apoio à greve nacional dos servidores técnico-administrativos**
61 **em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina.** Requerente: Comando Local de
62 Greve da UFSC. A presidenta passou a palavra ao conselheiro Ricardo José Valdameri, que
63 explicou que a moção solicitada não se tratava apenas de apoio à greve dos servidores
64 técnico-administrativos em Educação, mas também da greve dos servidores docentes. Em
65 seguida, fez um breve relato da pauta da greve e informou quando ocorreriam as próximas
66 mobilizações, colocando que era de grande importância o apoio dos órgãos deliberativos
67 centrais das universidades federais, por meio de uma moção de apoio aos movimentos. Em
68 seguida, após ampla discussão, a presidenta passou ao regime de votação o texto da moção de
69 apoio. O Conselho Universitário aprovou por unanimidade o documento, com a seguinte
70 redação: *“O Conselho Universitário da Universidade Federal de Santa Catarina reconhece*
71 *como legítimos os movimentos reivindicatórios de docentes e de técnico-administrativos em*
72 *Educação da UFSC e demais Instituições Federais de Ensino Superior e manifesta pleno*
73 *apoio à luta em defesa da Universidade pública, gratuita e de qualidade, voltada para o*
74 *Ensino, a Pesquisa e a Extensão”*. **4. Processo nº 23080.033906/2014-77 – Apreciação da**
75 **resolução normativa que visa criar e disciplinar o programa institucional de apoio a**
76 **viagens de estudos da Universidade Federal de Santa Catarina.** A presidenta passou a
77 palavra ao relator Pedro Antônio de Melo, o qual procedeu à leitura de seu parecer, favorável
78 à aprovação da minuta proposta pela Pró-Reitoria de Graduação, com a indicação de
79 alterações. Em discussão, após solicitações de alteração no teor da minuta por parte da
80 plenária e por haver consenso por parte do relator em acatar as sugestões, passou-se ao regime
81 de votação. O Conselho Universitário aprovou por unanimidade o Parecer nº 22/2015/CUn,
82 pela aprovação da minuta de resolução normativa, com as seguintes alterações: a) o art. 4º
83 teve a inclusão de “e definidos anualmente”, passando o artigo a vigorar com a seguinte
84 redação: *“Art. 4º Os recursos financeiros para a viabilização operacional das modalidades*
85 *de viagens de que trata esta Resolução serão oriundos da matriz orçamentária da UFSC e*
86 *definidos anualmente”*; b) as modificações propostas pelo relator para alteração do § 5º do art.
87 5º e o § 2º do art. 10 foram rejeitadas, retornando-se ao texto originalmente proposto, com a

88 inclusão do trecho “ou Direção da Unidade de Educação Básica (CA ou NDI)”, passando
89 ambos a vigorar com a seguinte redação: “*No caso de professores contratados pela UFSC*
90 *após a data estipulada no edital referente a um semestre letivo, será possível encaminhar ao*
91 *DeAE/PRAE propostas após o prazo fixado, com a devida aprovação/parecer da chefia de*
92 *departamento, da coordenação do curso de graduação ou Direção da Unidade de Educação*
93 *Básica (CA ou NDI), devendo-se seguir os demais itens desta Resolução caso as propostas*
94 *sejam deferidas”*; c) o termo “Direção de Unidade de Educação Básica (CA ou NDI)”
95 também foi incluído ao final do § 2º do art. 9º; d) a modificação proposta pelo relator no § 3º
96 do art. 11 foi rejeitada, retornando-se ao texto originalmente proposto, com a exclusão do
97 trecho “denominado professor acompanhante”, passando o artigo a vigorar com a seguinte
98 redação: “§ 3º *Havendo impedimento, o professor responsável poderá ser substituído por*
99 *outro professor desde que autorizado pelo departamento de ensino ao qual se vincula a*
100 *disciplina e pela coordenadoria do curso e comunicado formalmente ao DeAE/PRAE”*; e) as
101 propostas do relator de exclusão do § 6º do art. 5º e § 3º do art. 10 foram rejeitadas; f) um
102 novo artigo foi incluído entre os artigos 20 e 21, com a seguinte redação: “*As viagens de*
103 *estudos no âmbito do ensino de pós-graduação serão regulamentados pela Pró-Reitoria de*
104 *Pós-Graduação, em articulação com a PRAE, executora das solicitações”*. **5. Solicitação de**
105 **moção de apoio à Advocacia-Geral da União**. Requerente: Procuradoria-Geral da União do
106 Estado de Santa Catarina. Com a palavra, a presidenta relatou que os procuradores haviam
107 iniciado um movimento nacional para que as PECs nº 82/2007 (autonomia técnica e
108 financeira) e nº 443/2009 (simetria remuneratória com o Judiciário e o Ministério Público
109 Federal) fossem aprovadas no Congresso Nacional. Disse que a categoria havia solicitado
110 apoio junto à Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino
111 Superior (ANDIFES) para que esta reivindicasse melhorias no salário dos procuradores e na
112 estrutura das Procuradorias Federais junto às universidades. Após discussão, a presidenta
113 passou ao regime de votação da moção de apoio. O Conselho Universitário aprovou por
114 unanimidade o documento, com a seguinte redação: “*Manifestamos o apoio do Conselho*
115 *Universitário da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) ao movimento*
116 *reivindicatório dos Advogados da União (AGU) por melhores condições de trabalho,*
117 *recursos humanos e equiparação salarial com as demais carreiras de estado essenciais à*
118 *Justiça”*. **6. Processo nº 23080.066735/2014-62 – Apreciação da resolução normativa que**
119 **visa criar o Comitê Institucional de Ações Afirmativas da Universidade Federal de**
120 **Santa Catarina**, sob a relatoria do conselheiro Rogério Silva Portanova e vista do
121 conselheiro George Luiz França. Primeiramente, a presidenta passou a palavra ao relator de
122 vista, o qual procedeu à leitura de seu parecer, favorável à criação do Comitê Institucional de
123 Ações Afirmativas da UFSC nos termos estabelecidos pela minuta de resolução proposta pelo
124 grupo de trabalho, vinculado inicialmente à Pró-Reitoria de Graduação. Todavia, recomendou
125 a inclusão, no art. 3º, dos seguintes incisos: “XI – um representante indicado pela Pró-Reitoria
126 de Pós-Graduação; XII – um representante dos estudantes de pós-graduação, indicado pela
127 Associação dos Pós-Graduandos; XIII – um servidor docente ou técnico-administrativo
128 representante da Educação Básica da UFSC, indicado em comum acordo pelas Direções do
129 Colégio de Aplicação e do Núcleo de Desenvolvimento Infantil”. Além disso, propôs que se
130 acrescentasse no art. 7º o seguinte inciso: “V – propor ações para o atendimento às demandas
131 de permanência estudantil no âmbito das políticas institucionais da UFSC”. Por fim, no
132 tocante à criação de um setor ligado ao Gabinete da Reitoria para desenvolver os trabalhos
133 relacionados às políticas de ações afirmativas, colocou que a questão poderia ser objeto da
134 avaliação da Administração Central, a partir do trabalho do próprio Comitê, haja visto que,
135 em sua avaliação, isso daria maior autonomia e abrangência às políticas de ações afirmativas
136 da Universidade, em especial no que tangia ao atendimento de setores além da graduação. A
137 presidenta consultou a plenária sobre a possibilidade de participação dos seguintes

138 representantes do Coletivo 4P e do Movimento Negro Unificado (MNU), como ouvintes:
139 Angela Medeiros, Luciana Freitas, Yara Espindola, Juliana Souza, Felipe Batista, Mariah dos
140 Reis e Rafaella Schmidz. As solicitações de participação foram aprovadas por unanimidade.
141 Em seguida, o relator Rogério Silva Portanova avaliou que o parecer de vista apresentado não
142 apresentava divergências em relação ao seu parecer, mas apenas acréscimos e
143 aperfeiçoamentos. Ponderou que, para fins de encaminhamento, poderia incorporar ao seu
144 parecer os acréscimos apresentados no parecer de vista ou poderia retirar o seu parecer. Em
145 seguida, chamou atenção ao tema da avaliação das políticas de cota, pois, em sua opinião, a
146 forma de avaliação das cotas deveria ser revista nos casos em que o discente cotista não
147 cumprisse com as exigências acadêmicas mas trouxesse alguma inovação ou contribuição
148 importante para a Universidade. Após, a conselheira Deuza solicitou vista dos autos, o que foi
149 concedido pela presidenta à conselheira titular da representação, haja vista que esta se
150 encontrava presente na sessão. **7. Apreciação da pauta da sessão especial, prevista para o**
151 **dia 11 de agosto de 2015.** Com a palavra, a presidenta apresentou os pontos propostos para a
152 referida sessão especial. Em discussão, o conselheiro Felício Wessling Margotti solicitou a
153 inclusão dos processos de desmembramento do Departamento de Artes e Libras. Em resposta,
154 a presidenta argumentou que a criação de novos departamentos implicava a concessão de
155 funções gratificadas, explicando que, naquele momento, a Universidade não dispunha dessas
156 gratificações e que os processos, assim como os demais, não haviam sido incluídos devido a
157 essa dificuldade. O conselheiro Felício Wessling Margotti colocou que a Universidade
158 precisava organizar suas unidades de acordo com a demanda, argumentando que era a partir
159 da criação das demandas que se poderia ter argumentos para pleitear novas funções junto ao
160 MEC. A conselheira Paula Vieira Parreiras Gomes solicitou a inclusão de um ponto para
161 discussão do orçamento da Universidade. O conselheiro Juarez da Silva Thiesen solicitou a
162 inclusão do processo de criação do Departamento de Educação do Campo. A conselheira
163 Alacoque Lorenzini Erdmann solicitou também a inclusão do Departamento de
164 Fonoaudiologia. Após outras manifestações, a presidenta esclareceu que o ponto para
165 discussão sobre o orçamento não poderia ser incluído na sessão especial, haja vista que
166 sessões dessa natureza eram organizadas para apreciação de processos que envolvessem
167 mudanças estatutárias e regimentais. Em seguida, propôs que a sessão especial fosse realizada
168 no dia 11 de agosto, com a pauta então apresentada, e que no dia 13 de agosto fosse realizada
169 uma sessão extraordinária, cujo primeiro ponto seria a apresentação do orçamento da
170 Universidade, realizando-se posteriormente outra sessão especial com todos os processos
171 envolvendo a criação de departamentos. Por não haver concordância, a presidenta colocou em
172 votação a proposta da mesa e a proposta das discentes Paula Vieira Parreiras Gomes e Cinthia
173 de Souza (realização da reunião extraordinária para discussão do orçamento da Universidade
174 no dia 11 de agosto). Em votação, o Conselho Universitário aprovou por maioria a proposta
175 da mesa (realização de uma sessão especial), com a seguinte pauta: 1. Processo nº
176 23080.035980/2015-17 – Apreciação da proposta de readequação do Estatuto e do Regimento
177 Geral da Universidade Federal de Santa Catarina no que se refere ao ingresso na
178 Universidade; 2. Processo nº 23080.039862/2014-99 – Apreciação da solicitação de alteração
179 do Regimento Interno do Centro de Ciências da Saúde (CCS); 3. Processo nº
180 23080.021008/2013-95 – Apreciação da solicitação de alteração do nome do Departamento de
181 Engenharia Elétrica para “Departamento de Engenharia Elétrica e Eletrônica”. Foi aprovada,
182 ainda, a realização de uma sessão extraordinária no dia 13 de agosto para avaliação das
183 condições orçamentárias, administrativas, acadêmicas e de permanência estudantil do segundo
184 semestre de 2015 da Universidade e de uma outra sessão especial, em data a ser definida, para
185 apreciação dos processos envolvendo a criação de novos departamentos. **8. Informes gerais.**
186 A presidenta inicialmente passou a palavra ao pró-reitor adjunto de Graduação, professor
187 Rogério Luiz de Souza, e à pró-reitora de Pós-Graduação, professora Joana Maria Pedro, os

188 quais trataram da situação acadêmica e administrativa dos cursos de graduação e pós-
189 graduação da UFSC. Em seguida, a presidenta retomou a palavra e prestou alguns informes.
190 Falou sobre os encaminhamentos por parte da Administração Central para garantir o
191 atendimento dos serviços essenciais da Universidade e sobre a situação dos processos
192 relativos à flexibilização de carga horária encaminhados nos termos do Decreto nº
193 1.590/1995. Por fim, convidou a todos os estudantes interessados no assunto “condições de
194 permanência estudantil” a participarem de uma reunião que se realizaria no dia seguinte, às 14
195 horas, na Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis. Relatou que, para o início do semestre, todos
196 os coordenadores e chefes de departamento haviam sido consultado se, de fato, havia
197 condições administrativas para se iniciar o semestre. Nada mais havendo a tratar, a presidenta
198 agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a sessão, da qual, para constar, eu, Juliana
199 Cidrack Freire do Vale, secretária executiva dos Órgãos Deliberativos Centrais, lavrei a
200 presente ata, que, se aprovada, será assinada pela senhora presidenta e pelos demais
201 conselheiros, estando a gravação integral da sessão à disposição em meio digital.
202 Florianópolis, 4 de agosto de 2015.